

RECURSO ESPECIAL Nº 1.513.188 - MG (2015/0021404-3)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : JAIR AFONSO FERREIRA
ADVOGADOS : LUIZ FERNANDO VALLADAO NOGUEIRA - MG047254
FERNANDO GUALBERTO SCALIONI E OUTRO(S) -
MG151700
RECORRIDO : MANOEL RIBEIRO DE SÁ
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO MONITÓRIA - DOCUMENTO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA - PRESCRIÇÃO RECONHECIDA - ART.206, § 5º, I DO CC - RECURSO NÃO PROVIDO.

- A pretensão de cobrança de dívida líquida constante de instrumento particular, desde que não atingida a metade do tempo previsto no Código Civil de 1916, prescreve em cinco anos, nos termos do inciso I do §5º do artigo 206 do Código Civil de 2002, a contar da data da entrada em vigor deste Código.

- Ainda que o título esteja sem data de emissão ou vencimento, se o credor apontou e reconheceu em sua inicial a data em que a dívida restou estabelecida, impõe-se a manutenção da sentença que reconheceu a prescrição.

Contra o referido acórdão, o ora recorrente opôs embargos de declaração, requerendo o prequestionamento do art. 331 do Código Civil/2002, sob o fundamento de que se a época do pagamento não foi ajustada no contrato de confissão de dívida, o vencimento deve ser considerado à vista - o que afastaria a alegação de prescrição.

Ocorre que a Corte de origem deixou de examinar as alegações do recorrente, que podem alterar substancialmente o resultado do julgamento, evidenciando-se a violação ao art. 535 do CPC.

Em face do exposto, dou provimento ao recurso especial, a fim de determinar o retorno do autos para que o Tribunal de origem supra a omissão acima anotada.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI, Relatora

